

**HABEAS CORPUS Nº 528.461 - SP (2019/0247927-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : BRUNO HUMBERTO NEVES E OUTROS**  
**ADVOGADOS : BRUNO HUMBERTO NEVES - SP299571**  
**CHRISTOPHER ABREU RAVAGNANI - SP299585**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ANTONIO CARLOS DA SILVEIRA NETO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CLAUSURA PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MEDIDA DESPROPORCIONAL. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a custódia, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. A seu turno, o cárcere preventivo somente se sustenta quando, presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da segregação.

3. A quantidade de entorpecente apreendida com o paciente (cerca de 57,91g de cocaína) não é tão elevada a ponto de, isoladamente, denotar a maior reprovabilidade da prática ilícita ou a acentuada periculosidade do réu.

4. As instâncias ordinárias deram enfoque à primariedade e aos bons antecedentes do acusado, assim como a certidão de antecedentes constantes dos autos não indica procedimento criminal nenhum em seu desfavor, de modo que – à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011 – a opção por providências enunciadas no art. 319 do CPP é bastante e cabível para obter o

mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

4. Ordem concedida para substituir a constrição provisória do paciente por medidas cautelares alternativas, sem prejuízo de fixação de outras que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da prisão processual se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**